



-----**Mandato 2013/2017**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

----- **Draft da Ata Número Sessenta e Sete** -----

-----Aos dezassete dias do mês de Julho de dois mil e dezassete, reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo. -----

-----Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vice Presidente Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista.-----

-----Às doze horas e cinco minutos, a Senhora Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Aprovação das Atas 65, de 5.6.2017 (doc. 1)-----
2. Preparação da 149ª reunião da AML (doc. 2)-----
3. Lista de matérias e propostas pendentes (doc. 3)-----
4. Ajustamento do calendário e previsões de agendamento -----
5. Ofício da Presidente da ARSLVT sobre a Rede de Equipamentos Hospitalares na Cidade de Lisboa-----
6. Outros assuntos-----

Ponto 1: Aprovação da Ata 65, de 5.6.2017-----

-----**A Senhora Presidente** submeteu a ata n.º 65 (doc. n.º 1) à aprovação e votação dos Senhores Representantes que tinham estado presentes na correspondente reunião, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 2: Preparação da 149ª reunião da AML-----

-----**A Senhora Presidente** começou por referir em relação à reunião de Plenário que iria decorrer no dia seguinte que o grosso dos assuntos a tratar seriam propostas de delegação de competências, as quais haviam sido escrutinadas por uma jurista e uma economista, bem como pelas respectivas Comissões, concluindo que nenhuma delas havia levantado grandes dificuldades, sendo que umas eram novas, mas outras já vinham da reunião anterior.-----

-----Disse que andava a fazer um enorme esforço para ver se conseguiam “fechar” as petições até ao final de Julho para que não ficassem petições para analisar em Setembro.---

-----Observou que a Petição 3/2017 já tinha parecer da 8.ª Comissão.-----

-----Referenciou a Proposta de Deliberação apresentada pelo Bloco de Esquerda na



sequência do Debate Específico sobre a “Expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa” para afirmar que o respectivo agendamento havia sido proposto, pelo que, naturalmente, o havia feito.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** interveio para dizer que não concordavam com o texto proposto pelo que iriam apresentar um texto alternativo.-----

-----**A Senhora Presidente** pediu que tal fosse feito com a devida antecedência, de forma a que o texto pudesse ser distribuído por todos para que todos pudessem saber o que estavam a votar, concluindo que, no entanto, a discussão já havia sido feita e todos conheciam já a posição uns dos outros.-----

-----De seguida, referiu a Proposta relativa ao Regulamento Municipal do Arvoredo dizendo que em relação à mesma havia sido feito um trabalho muito esforçado por parte das 4.^a e 5.^a Comissões que, aliás, fazia questão de elogiar em Plenário no dia seguinte.-----

-----Recordou que a metodologia havia sido marcar um prazo para que os partidos apresentassem propostas de alteração na especialidade, as quais seriam avaliadas, na especialidade, pelas Comissões.-----

-----Frisou que umas haviam sido aceites, mas outras não, sendo que as primeiras seriam submetidas à aprovação do Plenário na reunião do dia seguinte enquanto propostas de alteração na especialidade das 4.^a e 5.^a Comissões.-----

-----Acrescentou que relativamente às que não haviam sido aceites, qualquer partido, que assim o entendesse, poderia fazer um acrescento ou alteração às mesmas e apresentá-lo na mesma reunião, e fez o mesmo pedido que tinha acabado de fazer ao Senhor Deputado José Leitão relativamente à antecedência na entrega da documentação.-----

-----Salientou que as propostas eram votadas pela ordem de chegada e que as primeiras seriam as apresentadas pelas 4.^a e 5.^a Comissões.-----

-----Disse que pedira para serem distribuídos dois documentos de apoio, mais precisamente, um relativo às alterações ao Regulamento, outro relativo à alteração das normas técnicas (anexo 1 ao Regulamento). Acrescentou que as propostas de alteração estavam todas identificadas e que em cada uma delas estava indicado o sentido de voto de cada partido.-----

-----Justificou que considerava essa informação importante porque os deputados que iriam estar presentes em Plenário poderiam não ser exactamente os mesmos que tinham estado na reunião, pelo que seria conveniente conhecer o histórico do ocorrido nas Comissões.--

-----Antecipou o que se iria passar no dia seguinte, frisando que, em primeiro lugar, iria submeter à apreciação e votação do Plenário as propostas de alteração das 4.^a e 5.^a Comissões, sendo que, caso as mesmas fossem aprovadas, substituiriam os textos iniciais, que, de seguida, submeteria a votação o texto inicial na parte em que não fora objeto de alterações, e que, por fim, haveria uma votação final no sentido de aprovarem o



Regulamento na sua totalidade, já com as alterações.-----

-----Salientou que seria nessa votação final que as forças políticas expressariam o seu sentido geral de voto, artigo a artigo.-----

-----Confessou que fora bastante difícil e que a única vantagem que pudera retirar do atraso verificado na discussão da matéria, cerca de dois anos, fora a de se ter percebido na reunião das Comissões que as freguesias tinham um conhecimento muito maior naquele momento do que tinham dois anos antes.-----

-----Referiu que, provavelmente, dois anos antes, nem teriam conseguido chegar a um acordo porque as freguesias não sabiam bem o que lhes tinha cabido em sorte e quais os problemas que a gestão das matérias lhes poderia acarretar.-----

-----Reiterou que se tinha apercebido nessa reunião que as freguesias estavam mais conscientes do estado de muitas situações que tinham “herdado” e que as mesmas já tinham os seus corpos técnicos próprios.-----

3. Lista de matérias e propostas pendentes -----

-----Fez referência ao documento n.º 3, “Matérias e propostas pendentes em 14 de Julho de 2017”, esclarecendo que em matéria de petições apenas uma lhe levantava fortes dúvidas, mais concretamente a 9, dizendo, quanto às outras, que já tinha falado com as Comissões correspondentes e que, em princípio, teriam os respectivos pareceres prontos de forma a que as mesmas pudessem ser todas apreciadas na reunião de vinte e sete de Julho.-----

-----Solicitou às forças políticas presentes que diligenciassem com as Comissões no sentido dos pareceres poderem estar prontos até à sexta-feira seguinte ou, quanto muito, até segunda -feira da semana seguinte, e não com a antecedência de cinco dias como era habitual.-----

-----Disse que a ideia era a de agendarem o dia vinte e cinco para apreciação das propostas da Câmara e de outros assuntos pendentes e o dia vinte e sete para apreciação das petições em sessão extraordinária.-----

-----Pedi que os pareceres das Comissões fossem disponibilizados até ao dia vinte e um de Julho a fim de dar aos peticionários os dias necessários à “apreciação” do resultado desses pareceres.-----

-----Transmitiu a existência de um problema complexo relativamente à Petição n.º 9 que, de certa forma, fizera com que a Comissão competente ainda não a tivesse apreciado.-----

-----Explicou que a petição consistia numa queixa de um externato privado que funcionava na Vila Luísa, em Xabregas, onde funcionava também uma associação cultural, privada, que tinha o apoio da Câmara em várias iniciativas e entre as quais havia um conflito permanente, decorrente da circunstância de ambas as instituições utilizarem a mesma porta de entrada.-----



-----Explicitou que, à partida, o referido assunto nem sequer era competência da Assembleia uma vez que se tratava de um conflito entre vizinhos, num edifício que não era municipal, com duas instituições que eram privadas.-----

-----Salientou que, no entanto, o assunto era mais complicado do que parecia numa primeira análise, porque embora sendo um conflito entre privados, a Vila Luísa era um edifício que havia sido declarado “herança jacente” a favor do Estado, ainda que o Estado nem sequer tivesse conhecimento de que em tribunal havia sido decidido que aquela estrutura lhe pertencia.-----

-----Disse que quem conhecia bem o assunto era a Junta de Freguesia pelo que iria propor um procedimento um pouco diferente do habitual, até pela escassez de tempo. -----

-----Justificou que não haveria tempo de ouvir os peticionários e referiu que assim que o documento havia entrado nos serviços da Assembleia, enviara ofício para a Câmara a perguntar se o externato e a associação estavam licenciados, mas que não tinha obtido qualquer resposta.-----

-----Sugeriu que se propusesse aos peticionários a realização de uma reunião conjunta, consigo própria, com a Senhora Presidente da 7.ª Comissão, com a Junta de Freguesia do Beato e com a Associação de que reclamavam os mesmos para tentarem perceber se nesse conflito de vizinhança poderia a Assembleia Municipal de Lisboa adotar um procedimento que se revelasse de alguma utilidade para a resolução do mesmo, quer fosse uma recomendação à Câmara, quer uma moção ao Governo.-----

-----Prosseguiu, dizendo que pediria à Senhora Presidente da 7.ª Comissão para levar o assunto à Comissão que presidia e que o agendasse no sentido de ser preparada uma recomendação, concluindo que haveria assim uma simplificação do processo, com a eliminação de alguns passos como seria a audição do Vereador competente e, em separado, das várias entidades envolvidas no processo.-----

-----Referiu que também poderia informar os peticionários de que se pretendessem que a petição fosse submetida a todos os “passos” normais tal seria feito no Mandato seguinte.-

-----Justificou que a ideia seria efetuar uma diligência que evitasse chegar ao final do Mandato com o assunto a “ficar a zeros”, sendo que, dada a escassez de tempo, tentariam evitar procedimentos inúteis.-----

-----Mencionou, de seguida, outras duas petições que presumia terem já dado entrada na Assembleia. Disse que em relação a uma delas tinha ocorrido uma situação extraordinária.-----

-----Informou que se tratava de uma petição relativa a erros estruturais de obras na Travessa de São Domingos de Benfica e na Rua Cecília Meireles e zonas adjacentes que, segundo uma das peticionárias entrara nos serviços da Assembleia no dia oito de maio através de vários *e-mails*. Explicitou que todas as assinaturas se encontravam acopladas em



digital, o que fizera com que o documento tivesse um peso enorme não conseguindo entrar na caixa de correio da Assembleia, apesar da peticionária afirmar que no seu *e-mail* tinha sido dado como entregue.-----

-----Referiu que a peticionária tentara enviar de novo a petição, mas que, não o tendo conseguido, havia decidido enviá-la por *Wetransfer*, no dia catorze de Julho, pelo que é nessa data que se considera ter dado entrada, formalmente, a referida petição.-----

-----Advertiu de que não iriam ter tempo para apreciar devidamente a petição, pelo que pensara em informar os peticionários de que a mesma poderia ser tratada no Mandato seguinte, caso fosse essa a sua pretensão, adotando-se nesse caso um procedimento semelhante ao da petição da Vila Luísa, ou seja, chamar-se-iam os peticionários, a Junta de Freguesia, o Vereador responsável e a Presidente da Comissão competente para uma reunião conjunta, na qual também estaria presente.-----

-----Disse que nessa diligência preliminar explicaria a questão dos prazos e informá-los-ia de que a petição poderia ser apreciada no Mandato seguinte nos termos regimentais, concluindo que faria, a partir dessa reunião, uma informação que faria distribuir por todos os Senhores Representantes.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** disse que gostaria de aproveitar para pedir que fosse feita uma tentativa de correcção do facto dos *mails* da Câmara estarem limitados a oito *Megabytes*.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que a informação que tinha era a de que essa situação já havia sido corrigida, mas acrescentou que aquela era uma matéria que no Mandato seguinte poderia sofrer alterações, passando as petições a ter um formato próprio, com formulário próprio, com os documentos a poderem ser entregues em mão ou em PDF, mas de forma a que o *site* da Assembleia os pudesse receber.-----

-----Justificou que esse procedimento poderia simplificar o processo ainda que não fosse obrigatório, podendo os cidadãos continuar a apresentar as suas petições da forma que entendessem.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** começou, desde logo, por criticar o formato, argumentando que nunca uma petição deveria ser enviada via *e-mail*, sublinhando que uma das sugestões que a Senhora Presidente poderia fazer ao Presidente seguinte era a criação de uma plataforma no *site* na qual fossem submetidos os documentos com todas as confirmações, datas, horas, entre outros.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que era isso mesmo que estava a sugerir, lembrando que havia plataformas semelhantes na Câmara Municipal de Lisboa, designadamente para submissão de projectos de arquitectura, submissão de candidaturas “Bip zip”.-----



-----Prosseguiu, informando que havia outra petição que dera entrada no dia seis de Julho último, que tinha sido apresentada pelo gerente de uma sociedade de advogados, a qual não era acompanhada de assinaturas, não carecia de ser submetida a Plenário e através da qual se pretendia a elaboração de um regulamento relativo aos fogos sujeitos a valor máximo de renda, preço de renda.-----

-----Disse presumir que o assunto estivesse relacionado com a “renda acessível”, mas frisou que os fogos de renda acessível não eram vendidos.-----

-----Acrescentou que a ideia que tinha era a de que a Câmara não tinha em vista “explorar” aquele assunto, que não havia regulamento sobre o mesmo e que havia valores máximos de renda previstos na Lei, mas não em qualquer regulamento municipal.-----

-----Mencionou o “Programa de Renda Acessível”, dizendo que o mesmo previa valores máximos de renda acessível, mas relativamente a fogos municipais, não a fogos privados.-

-----Disse que poderia informar o peticionário de que a Assembleia poderia apreciar a petição no Mandato seguinte, caso se mantivesse o interesse na respectiva apreciação, sendo que no presente já não havia tempo para fazê-lo, dada a complexidade da situação a que a mesma respeitava.-----

-----Pedi aos Senhores Representantes presentes na sala que lhe conferissem uma espécie de mandato para que pudesse diligenciar no sentido de contactar e esclarecer o peticionário de que naquele momento não seria possível apreciar a petição por si apresentada, concluindo que dessa diligência daria conhecimento aos Senhores Representantes.-----

-----Referiu que não iria “baixar” o assunto às Comissões uma vez que os respectivos calendários já estavam preenchidos, lotados mesmo.-----

-----Quanto a matérias que se encontravam por agendar, mencionou a Proposta n.º 26/CM/2017 dizendo que a mesma teria que ser devolvida à Câmara por não se encontrar em condições de ser agendada em virtude de encerrar em si mesma várias discrepâncias.-----

-----Referiu a alteração simplificada do PDM, informando que o Senhor Presidente da 3.ª Comissão dissera que em princípio conseguiam emitir parecer até ao dia dezanove de Julho.-----

-----Acrescentou que também a alteração do Plano de Pormenor 3-Zona Sul- Av. Marechal Gomes da Costa teria parecer em dezanove de Julho.-----

-----Informou, quanto ao PUALZE, que estava com muita dificuldade em garantir a sua apreciação no Mandato em curso.-----

-----Transmitiu que estava a tentar que algum membro da 3.ª Comissão se responsabilizasse pela elaboração do parecer, concluindo que estava agendada uma reunião na qual iriam tentar nomear um relator, mas que caso tal não acontecesse a sua



sugestão era a de que a proposta voltasse à Câmara.-----
-----Concluiu, dizendo que a referida proposta ficaria a aguardar decisão da 3.ª Comissão.-
-----Em matéria de património e finanças, a Senhora Presidente informou que havia um problema em relação às Propostas n.ºs 333 e 385, resultante das mesmas terem dado entrada em junho nos serviços da Assembleia, terem merecido um despacho da Senhora Presidente no sentido do NAC – Núcleo de Apoio às Comissões- as enviar à 1.ª Comissão, mas não terem, efectivamente, seguido para a referida Comissão.-----
-----Transmitiu que a 1.ª Comissão estava a ver se ainda resolvia o assunto.-----
-----Acrescentou que a Proposta n.º 477/CM/2017, a segunda “Operação Renda Acessível” se encontrava pendente na 3.ª Comissão, a qual estava a ver se ainda a conseguia apreciar.-----
-----Referiu quanto às propostas de delegação de competências que as 1.ª e 5.ª Comissões, bem como a “equipa de escrutínio” estavam a fazer um esforço final na respetiva apreciação e quanto às repartições de encargos que estas teriam um agendamento direto.--
-----Invocou, de seguida, a Carta de Lisboa informando que no sábado anterior se realizara o 4.º Fórum da Cidadania para o qual havia sido alertada e convidada a 6.ª Comissão.-----
-----Observou que o 4.ª Fórum concluíra um trabalho que estava a ser feito havia já algum tempo, mais precisamente, desde o início do Mandato, com a aprovação da “Carta de Lisboa”.-----
-----Salientou que se tratava de um Fórum de organizações, de ONG e que o referido documento lhe havia sido entregue directamente para que fosse entregue à Assembleia Municipal de Lisboa.-----
-----Informou que solicitara à Câmara que lhe enviasse formalmente o documento para poder ser dada entrada do mesmo nos serviços da Assembleia, mas que tal ainda não tinha acontecido-----
-----Disse reputar de positiva a referida iniciativa porque, no fundo, eram as associações a tomarem conta dos seus próprios direitos e a sugerirem a responsabilidade da autarquia quanto a critérios que já estavam previstos na Lei ou em regulamentos municipais, mas que agora “iam de baixo para cima”.-----
-----Qualificou ainda a matéria de interessante o que a levava a pensar falar com a Senhora Presidente da 6.ª Comissão no sentido de saber se a mesma estava em condições de avaliar, em conjunto com a Comissão de Redacção da Carta, se o documento era compatível com os regulamentos municipais e com a legislação vigente.-----
-----Frisou que o documento poderia ser encarado como uma espécie de petição através da qual a Sociedade Civil solicitava à Assembleia Municipal de Lisboa que ratificasse a decisão do Fórum Cidadania.-----



-----Advertiu que teria que ser feita uma avaliação da Carta e perceber se não seria necessário proceder a algumas correcções do texto, pelo que sugeria que o documento entrasse como uma espécie de petição, que a Senhora Presidente recebesse a Comissão de Redacção da Carta e que avaliassem se faria ou não sentido sujeitar a matéria a uma votação da Assembleia.-----

-----Classificou a Carta como se fosse uma carta de boas intenções, uma carta de direitos, que não levantava grandes conflitos e perguntou aos Senhores Representantes se concordavam com o procedimento, sendo que o mesmo teria que ficar para setembro porque a carta ainda tinha algum desenvolvimento e levava algum tempo a ser analisada.--

-----**O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** disse que tinha acompanhado o processo da Carta e que não estava a ver o que é que a Assembleia Municipal poderia fazer naquela situação. Acrescentou que percebia que do ponto de vista político, dos direitos, até poderia perceber, não do ponto de vista institucional, concluindo que o que lhe parecia era que os promotores pretendiam algum “conforto” com a eventual ratificação dos princípios por parte da Assembleia.-----

-----Manifestou considerar excessivo e até desadequado o que os promotores pretendiam obter, sendo que a partir do momento em que tal acontecesse, qualquer grupo de cidadãos que entendesse promover alguma iniciativa em Lisboa, em qualquer área, designadamente na do património ou cultura, passaria a poder arrogar-se do direito de pedir uma ratificação da mesma à Assembleia Municipal.-----

-----Frisou que os mecanismos deveriam estar estabelecidos e as matérias não deveriam ser tratadas através de contactos diretos.-----

-----**A Senhora Presidente** concordou com o que acabava de ser dito e observou que na altura tinha dito que não havia precedentes naquele tipo de atuação.-----

-----Salientou que a nível municipal não estava previsto esse tipo de iniciativa por parte dos cidadãos, mas que se poderia pensar na mesma no Mandato seguinte, no Regimento seguinte.-----

-----Disse que o importante seria não deixar as pessoas sem resposta e que teria que explicar aos promotores da iniciativa a razão pela qual o pedido apresentado não poderia ser atendido. Justificou que a ausência de resposta é que poderia ser desmotivante para quem apresentava aquele tipo de iniciativas.-----

-----Explicou que a razão de ser para que a Carta tivesse sido entregue à Assembleia se devia ao facto da mesma, tal como fora concebida, estar toda redigida em termos da autarquia assumir ela própria determinados compromissos e de se responsabilizar pelo que constava do seu teor, concluindo que teria que explicar aos respectivos promotores que a autarquia não poderia assumir essa posição a não ser que a mesma fosse permitida e votada nos órgãos próprios.-----



-----Defendeu que o assunto poderia até justificar a realização de um debate temático ou algo semelhante para que as pessoas, as organizações pudessem apresentar as suas iniciativas, o seu trabalho, de forma a que o processo não fosse feito à pressa, mas antes de forma organizada e pensada.-----

-----Concluiu, dizendo que não obstante reconhecer o esforço enorme que os promotores da Carta haviam feito, ao longo do Mandato, para a terem concluída naquele momento, não poderia deixar de dizer que na sua opinião o processo deliberativo teria que ter mais maturidade.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** observou que muitas pessoas se queixavam da circunstância da democracia representativa estar sobrevalorizada e não deixar espaço à iniciativa dos cidadãos, sendo que o que se passava naquela situação era um pouco o espelho disso mesmo, parecendo que se estava a “mandá-los de volta”.-----

-----Lamentou que houvesse naquela situação uma contradição de atuações que lhe parecia pernicioso para a democracia e para o entendimento que o partido que representava defendia quanto à necessidade de existir uma complementaridade ativa entre a democracia direta e a democracia representativa.-----

-----Defendeu por essas razões que, pelo menos, deveria haver um parecer da 6.^a Comissão sobre a matéria.-----

-----**A Senhora Presidente** perguntou se deveria haver um parecer sem que tivesse havido um debate e a apresentação formal do assunto na Assembleia.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** explicou que seria apenas um parecer no sentido da compatibilidade ou, pelo contrário, da falta dela, entre o que o documento previa e a possibilidade do mesmo poder ser recebido e discutido na Assembleia Municipal.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que para receber documentos não precisava de qualquer parecer; recebia-os e dava entrada dos mesmos e que o problema era saber qual o encaminhamento que lhes deveria dar.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** disse que o encaminhamento poderia ser o que tinha sido sugerido, independentemente de datas ou do debate temático.-----

-----**A Senhora Presidente** referiu que o problema era que não poderiam marcar o que quer que fosse para o Mandato seguinte e que o que sugeria era que se comunicasse aos promotores que a nova Assembleia poderia apreciar o documento nesse momento, caso mantivessem interesse nessa apreciação, mas sublinhou que não precisava da 6.^a Comissão para informá-los de que o poderiam fazer, que não precisava da 6.^a Comissão caso os Senhores Representantes entendessem que deveria haver um debate mais aprofundado sobre o assunto.-----



-----Comprometeu-se a fazer distribuir por todos cópias do documento, reiterando que ainda não o havia feito porque se encontrava a aguardar que a Câmara Municipal lhe enviasse o documento oficial e solicitou que após terem conhecimento do mesmo, caso entendessem que se poderia ou deveria fazer algo, lhe comunicassem.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** disse que na matéria em apreço acompanhava as reservas e as observações que haviam sido feitas pelo Senhor Deputado Ricardo Robles e que, efectivamente, entendia que a democracia direta e representativa estavam reguladas e se articulavam por formas claras, colocando todos os cidadãos no mesmo pé de igualdade e não de forma a criar desigualdades entre os mesmos.-----

-----Disse concordar com o procedimento de se informar os promotores de que a Assembleia seguinte trataria do assunto.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** disse que gostaria de deixar uma nota puramente jurídica, não se atendo à substância, porque sobre essa deveriam ser os grupos municipais a pronunciarem-se, explicando que do ponto de vista do que eram as competências da Assembleia e do que deveria ser o procedimento a seguir pela Senhora Presidente, pensava que o mais adequado seria o defendido pelos Senhores Deputados Ricardo Robles e José Leitão.-----

-----Acrescentou que, em matéria de intervenções, os deputados municipais, quer a título individual, quer através do grupo municipal que integravam, tinham o direito de solicitar o agendamento de matérias, pelo que, do ponto de vista meramente formal, relativamente à iniciativa em apreço ou a qualquer outra, e uma vez que ainda iriam realizar-se mais quatro reuniões da Assembleia, caso algum grupo pretendesse o agendamento de alguma matéria só teria que o solicitar à Senhora Presidente, a qual deveria avaliar da disponibilidade de a “encaixar” ou não nas respetivas ordens de trabalhos.-----

-----Disse que não considerava que houvesse na situação em apreço qualquer procedimento que fosse coartar qualquer tipo de exercício de cidadania e realçou que o Regimento em vigor até favorecia e muito, através de várias formas, esse exercício.-----

-----Resumiu o que entendia dever ser feito perante a existência do referido documento, mais precisamente, disse que a Senhora Presidente o deveria distribuir pelos diferentes grupos municipais e que se alguém entendesse que a matéria deveria subir a Plenário para qualquer efeito deveria fazer um requerimento nesse sentido, à semelhança do que tinha acontecido ao longo do Mandato que estava a decorrer.-----

-----**A Senhora Presidente** transmitiu que iria seguir a sugestão do Senhor Deputado Miguel Santos, fazendo distribuir o documento também pela 6.^a Comissão para os efeitos que a mesma entendesse convenientes.-----

Ponto 4. Ajustamento do calendário e previsões de agendamento-----

-----**A Senhora Presidente** disse que em matéria de calendário tinha algumas



considerações a fazer, sendo que a primeira era lembrar que iria realizar-se uma sessão extraordinária do dia vinte e sete de Julho, destinada a petições, de forma a não ficar nenhuma para Setembro.-----

-----Continuou, dizendo que em princípio iriam conseguir dar vazão a todas as matérias que estavam a analisar e que as Comissões tinham em mão até ao final do mês de Julho.---

-----Lembrou que teriam que fazer uma sessão ordinária em Setembro, obrigatória por lei, mas que, provavelmente, não precisaria de continuidade, uma sessão que iria ter informação escrita e PAOD.-----

-----Acrescentou que teria que haver uma outra sessão, depois das eleições, com um ponto único na ordem de trabalhos que seria a aprovação da ata da reunião anterior, a qual teria que estar aprovada formalmente antes da tomada de posse da nova Assembleia.-----

-----Justificou que lhe parecia mais proveitoso fazer duas reuniões na última semana de Julho do que fazer duas reuniões em Setembro.-----

-----Informou que pedira que fosse distribuído por todos os Senhores Representantes um parecer jurídico que lhe havia chegado às mãos durante a manhã relativo ao problema que tinha ocorrido na reunião de Plenário de quatro de Julho último.-----

-----Advertiu que o sumário do parecer estava errado porque se referia à reunião da Assembleia Municipal como se se tivesse realizado no dia três quando a mesma se realizara, efectivamente, no dia quatro de Julho, e solicitou que fosse pedida ao Departamento Jurídico uma versão correta do mesmo.-----

-----Recordou que no dia três de Julho tinha havido uma reunião na Junta de Freguesia da Ajuda na qual o seu presidente havia renunciado ao mandato tendo sido eleito para o respectivo cargo o Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo, deputado municipal eleito pelo PS.-----

-----Frisou que dessa situação deveria o Senhor Deputado Hugo Lobo ter dado conhecimento à Assembleia Municipal, ou na própria segunda-feira, ou no dia seguinte, a fim de se proceder à substituição do anterior presidente de junta e dar posse ao novo, mais precisamente ao que se lhe seguia na lista, mas que tal não tinha acontecido.-----

-----Acrescentou que o novo presidente de junta não comparecera à reunião, mas que se fizera substituir enquanto eleito direto e não enquanto membro da Assembleia por inerência, o que fez com que se levantasse a questão da Assembleia ter sido irregularmente convocada, ainda que por motivos completamente alheios à sua Presidente que fez a convocatória de acordo com os dados que tinha.-----

-----Explicou que tendo a sua jurista, Dra. Alexandra Casanova, suscitado a dúvida, entendera solicitar ao Departamento Jurídico da Câmara um parecer quanto à eventual invalidade do processo de convocatória.-----



----Informou que o parecer era bastante claro no sentido de não haver qualquer irregularidade.-----

----Disse, em primeiro lugar, que iria solicitar ao Departamento Jurídico que corrigisse a data que estava errada no parecer, que, em segundo lugar, que na reunião do dia seguinte iria dar a informação que acabara de dar para que a mesma ficasse registada em ata, e, por último, que iria dar seguimento à ata em minuta, a qual tinha ficado suspensa por indicação sua.-----

----Transmitiu que iria dar instruções no sentido de serem processadas as senhas das pessoas que tinham estado presentes na reunião, inclusive da pessoa que tinha ido substituir o Senhor Deputado Hugo Lobo enquanto eleito direto.-----

Ponto 5: Ofício da Presidente da ARSLVT sobre a Rede de Equipamentos Hospitalares na Cidade de Lisboa -----

----**A Senhora Presidente** abordou a questão de um ofício que tinha recebido da Senhora Presidente da ARSLVT sobre a Rede de Equipamentos Hospitalares na Cidade de Lisboa informando que o fizera distribuir, mas que não o colocara no *site*.-----

----Disse ter recebido no dia doze de julho uma carta da Senhora Presidente da ARSLVT, datada de dia sete do mesmo mês, que continha, supostamente, a resposta às questões que havia suscitado sobre o futuro da Rede Hospitalar na Cidade de Lisboa.-----

----Sublinhou que a carta continha matéria altamente complexa e polémica para a cidade de Lisboa, designadamente sobre o futuro do Hospital da Estefânia, da Maternidade Alfredo da Costa, do Hospital dos Capuchos e do Curry Cabral.-----

----Qualificou de muito pouco correto que uma carta que havia sido por si dirigida, na qualidade de presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, ao Senhor Ministro da Saúde, tivesse sido respondida por uma funcionária do Ministério, a qual deveria responder perante o Senhor Ministro, não perante a Assembleia Municipal de Lisboa, Órgão eleito e representativo da Cidade.-----

----Acrescentou que, no entanto, o que mais a preocupava era o teor da carta, ao qual a Cidade de Lisboa não poderia, de forma alguma, ficar indiferente.-----

----Manifestou a sua intenção de escrever ao Senhor Ministro dizendo-lhe que lamentava que a resposta tivesse sido dada de uma forma indireta.-----

----Salientou que a resposta que tinha sido dada era manifestamente contrária à posição assumida pela Assembleia Municipal e a muitas das suas deliberações, designadamente moções e recomendações sobre a Maternidade Alfredo da Costa, o Hospital da Estefânia e a Colina de Santana que iam no sentido contrário ao que estava exposto na carta enviada do Ministério.-----

----Disse considerar muito estranho que uma funcionária do Ministério pudesse transmitir à Assembleia o futuro dos hospitais da Cidade sem que a própria Cidade se



tivesse pronunciado sobre o assunto.-----

-----Referiu não ter conhecimento que a Câmara Municipal de Lisboa o tivesse feito em sede de executivo municipal, ainda que tivesse conhecimento de que o Senhor Vereador João Afonso tinha recebido uma informação muito parecida, a pedido do próprio, a fim de a fazer constar da Carta de Equipamentos de Saúde.-----

-----Defendeu que deveriam transmitir todas as objecções e decisões existentes de sentido contrário ao que estava exposto na carta recebida.-----

-----Reconheceu que no Mandato em curso já não havia condições para fazer uma discussão aprofundada da matéria, mas frisou a sua convicção de que a mesma iria ser muito discutida antes e depois das eleições.-----

-----Disse que as forças políticas iriam ter acesso a toda a informação para poderem, caso assim o entendessem, utilizá-las nos respectivos programas eleitorais, abordando-a da forma que reputassem mais conveniente, concluindo que quem estivesse no Mandato seguinte poderia continuar o debate que era, sem dúvida, um debate de fundo.-----

-----Manifestou a sua intenção em proceder ao agendamento da proposta de alienação de duas parcelas de terreno para lançamento do concurso relativo ao Hospital de Todos os Santos porque não queria ser “bode expiatório”, ou seja, não queria que acusassem a Assembleia Municipal de não ter permitido a existência do Hospital ao não ter apreciado e aprovado a referida proposta. Acrescentou que, no entanto, teriam que deixar bem claro que estavam em profundo desacordo, não com a construção do hospital, mas com tudo o que estava relacionado com a Rede Hospitalar.-----

-----Transmitiu que iria, desde logo, dar toda a informação à 1.ª Comissão, a qual não tinha ainda a proposta que ficara retida a aguardar a resposta do Senhor Ministro.-----

-----Concluiu, dizendo que não poderia paralisar a construção do hospital, mas que estava em completo desacordo com o que era dito na carta enviada pela Senhora Presidente da ARSLVT.-----

-----Frisou que aquela matéria deveria ser sinalizada junto de todos os deputados municipais, que era uma matéria de relevante interesse público e que não deveria estar reservada aos líderes dos Grupos Municipais e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** disse que o que resultava notório eram as várias tentativas em não discutir o assunto, em particular, a questão do Hospital de S. José.-----

-----Sublinhou que as duas linhas que a Carta continha poderiam até ter sido enviadas por SMS.-----

-----Chamou a atenção para a circunstância de que mal existisse o Hospital Oriental deixaria de existir no centro de Lisboa qualquer urgência polivalente, o que era



completamente inaceitável porque consubstanciaria uma degradação da qualidade de resposta aos utentes dos serviços de saúde.-----

-----Sublinhou que se conseguia transformar uma situação de deseabilidade do Hospital Oriental em algo que passaria a ser negativo para a Cidade.-----

-----Salientou que a construção e a abertura do Hospital Central, nas condições definidas, seria um passo atrás na qualidade de vida da Cidade de Lisboa, pelo que entendia que não deveriam pactuar com a situação.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** observou que a questão que se colocava era a da existência de duas propostas relativas à alienação de terrenos, a uma obra, que, inclusive, já tinha sido apresentada publicamente, com indicação do número de camas, e que levava até à constatação de um verdadeiro “milagre” que consistia em substituir-se cerca de mil e setecentas, mil e oitocentas por oitocentas e quarenta camas.---

-----Acrescentou que esse seria um “milagre” que iria dar lugar à perda de mais de metade dos trabalhadores que ainda estavam ligados aos vários hospitais da Cidade.-----

-----Salientou que não era só a questão de não haver uma zona, mas a de um conjunto de situações que ficariam em prejuízo, inclusive as áreas que os hospitais estavam ainda a servir naquele momento e que se estendiam ao Sul do País, dando o exemplo que acontecera pouco tempo antes relacionado com os incêndios, com o Hospital de São José a reaparecer com a sua Unidade de Queimados.-----

-----Sublinhou que pensava o pior de toda aquela situação, mas que em relação à questão da votação da alienação dos terrenos a sua opinião era a de que a Senhora Presidente nunca iria ser acusada de que não tinha votado e que tinha prejudicado o processo, até porque poderia, desde logo, refutar, dizendo que andava, havia já muito tempo, a trabalhar o assunto, inclusive, solicitando informação, fazendo perguntas diretas, algo que havia feito durante todo o Mandato.-----

-----Observou que, primeiro, a ideia era fechar tudo, mas que, entretanto, já não fechava quase nada, à exceção do Hospital dos Capuchos, com o argumento de que poderiam servir para a Saúde.-----

-----Lamentou que toda aquela questão estivesse a ser tão pouco reflectida, dando o exemplo de se estar a pensar manter algumas unidades hospitalares, com todas as despesas de manutenção e de funcionamento que tal implicaria, com o argumento de que poderiam ainda dar para a Saúde, como era o caso da Maternidade Alfredo da Costa.-----

-----Salientou que a Senhora Presidente não teria que votar favoravelmente aquela matéria quando a documentação apenas tinha chegado à Assembleia na sexta-feira anterior, uma documentação sem qualquer qualidade técnica, sem a fundamentação técnica que seria de esperar, sem referência a dados, a números, como se exigia, e, a agravar, enviada por alguém que não a pessoa adequada para fazê-lo.-----



-----Sublinhou que não se comprometia a aprovar a proposta.-----

-----Concluiu, dizendo que se tratava de um tema forte, reiterando que não poderia garantir votar favoravelmente uma proposta para resolver um problema que “eles” haviam criado e cuja resolução demonstrava uma falta de respeito pela Cidade de Lisboa.---

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** disse que reforçava a posição que acabava de ser assumida, considerando ser preocupante receber uma resposta já em fase final de Mandato quando a Assembleia desde o início que se debruçara tanto sobre a questão dos hospitais da Colina de Santana.-----

-----Lembrou que tinha havido debates, várias posições assumidas, muitas vezes, por unanimidade, que havia sido, inclusive, criado um grupo de acompanhamento da referida matéria, pelo que entendia que receber, apenas naquele momento, uma informação que, basicamente, só dizia que um conjunto de equipamentos, tal como os conheciam, iriam fechar, ou melhor, iriam ficar afetos à área da Saúde, mas sem se saber, concretamente, em que termos e condições, sem que fossem disponibilizados quaisquer dados sobre o assunto, lhe parecia ser bastante grave.-----

-----Esclareceu que tal não significava que não estivessem de acordo com a construção do novo hospital, só que esse deveria ser na perspectiva dos “Verdes” um complemento aos hospitais já existentes e não um pretexto para fechar tudo o que era hospital na zona centro da Cidade de Lisboa.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** frisou que se levantavam duas questões diferentes e, portanto, que deveriam ser tratadas de forma diferente, sendo que uma era a questão da carta na sequência da qual a Senhora Presidente tinha toda a legitimidade de enviar uma resposta recordando as posições que a Assembleia havia assumido durante todo o Mandato sobre aquela problemática. Acrescentou que outra questão era, concretamente, a votação dos terrenos e, quanto àquela, a sua opinião era a de que essa votação deveria ocorrer e que cada partido deveria votar como e pelas razões que melhor entendesse.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** observou que tinham recebido nove páginas de resposta, mas que oito e meia haviam sido retiradas da *Wikipédia*, começando por se definir o que era um hospital e dando algumas explicações sobre alguns serviços, quando o que se pretendia mesmo era saber com precisão o que iria acontecer no futuro, sendo que isso aparecia explicado em apenas meia página, a qual continha menos informação do que a que já havia saído na Comunicação Social.-----

-----Disse que já se sabia que a Maternidade Alfredo da Costa iria manter-se ligada à área da Saúde, mas enquanto unidade museológica, mas que nem essa informação constava da carta.-----



-----Manifestou concordância com a resposta que a Senhora Presidente tinha proposto, acrescentando que o Senhor Ministro merecia que lhe respondessem com a mesma gentileza e que lhe dissessem que a parte que lhes competia seria tratada quando tivessem tempo para o fazer, concluindo que, no entanto, e como eram responsáveis e queriam que o hospital avançasse, não o iriam fazer.-----

-----Sublinhou que, no entanto, gostariam de fazê-lo com toda a informação, lembrando que fora por essa razão que tinham andado a discutir a rede hospitalar, com todas as forças políticas a apresentar documentação vária sobre a matéria.-----

-----Lamentou que a informação tivesse sido pedida havia já tantos meses e que a resposta tivesse sido a que foi, concluindo que só poderia qualificar a situação como inaceitável.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** referiu-se à carta, qualificando-a de “documento-nada”, concluindo que alguém tinha pedido a alguém que escrevesse umas linhas.-----

-----Acrescentou que, no entanto, era seu entendimento que não se deveria bloquear ou impedir a construção da nova unidade hospitalar em Lisboa, daí que os pareceres relativos à alienação de terrenos deveriam ser submetidos à apreciação e votação do Plenário.-----

-----Sublinhou que poderia ser pertinente que o Grupo de Acompanhamento da Colina de Santana pudesse reunir até ao final do Mandato para apreciar a carta enviada pelo Ministério e colher argumentos que melhor fundamentassem a resposta da Senhora Presidente da Assembleia.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que a ideia era distribuir cópia da carta por todos os membros do Grupo de Acompanhamento da Colina de Santana e da 6.ª Comissão, e que não via vantagem em realizar uma reunião só para que aqueles tivessem conhecimento da mesma.-----

-----Observou que em relação à carta que estava a pensar enviar entendia haver elementos suficientes no *site* da Assembleia, mais precisamente deliberações aprovadas durante o Mandato que estava a terminar, relativamente a várias unidades de saúde, sobretudo moções dirigidas ao Governo, ou melhor, a dois Governos diferentes, as quais permitiam legitimar uma tomada de posição.-----

-----Concluiu, lamentando a forma negligente como o documento estava feito, dando como exemplo a circunstância de nele ser feita referência a três terrenos sobre os quais o hospital iria ser construído, mas não se anexando, sequer, a planta dos mesmos, o que permitiria saber quais eram, efectivamente, esses terrenos.-----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-----1. *Draft* da Ata n.º 65.º (doc.1)-----

----- 2. Convocatória e ordem de trabalhos da 149ª reunião da AML (doc. 2)-----



----- 3. Lista de matérias e propostas pendentes em 14 de Julho de 2017 (doc. 3)-----
----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas treze horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes na reunião -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____